

Thiago Murilo Nóbrega Galvão

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Relação das funções próprias com o sistema de precedentes

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Thiago Murilo Nóbrega Galvão

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

G182t

Galvão, Thiago Murilo Nóbrega

Tribunal constitucional : relação das funções próprias com o sistema
de precedentes / Thiago Murilo Nóbrega Galvão. – Rio de Janeiro : Lumen
Juris, 2020.

224 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 183-210.

Dissertação defendida no Programa de Mestrado em Direito Constitu-
cional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ISBN 978-65-5510-179-9

1. Direito constitucional. 2. Processo civil - Brasil. 3. Precedentes
judiciais. 4. Princípio da segurança jurídica. 5. Obrigatoriedade. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
1. Tribunal Constitucional.....	5
1.1 Regime democrático	6
1.2 Democracia constitucional.....	11
1.3 Função jurisdicional: corte constitucional e a jurisdição constitucional.....	12
1.4 Funções da corte constitucional.....	13
1.4.1 Funções próprias.....	16
1.4.1.1 Funções próprias e impróprias	16
1.4.1.2 Função própria: Interpretativa	20
1.4.1.3 Função própria: Estruturante – Controle de Constitucionalidade	25
1.4.1.4 Função própria: Arbitral	27
1.4.1.5 Função própria: Legislativa.....	29
1.4.1.6 Função própria: política ou de governo	30
1.5 Funções próprias e efeito vinculante	31
2. Teoria dos Precedentes.....	37
2.1 Sistemas <i>civil law</i> e <i>common law</i>	42
2.2 Precedente, jurisprudência, súmula e provimento judicial.....	51
2.2.1 Precedente e provimento judicial.....	51
2.2.2 Súmulas.....	55
2.2.3 Jurisprudência.....	57
2.2.4 Provimento judicial.....	57

2.3 Composição do precedente.....	58
2.3.1 Teoria do Stare decisis, Ratio decidendi e obter dictum.....	58
2.3.1.1 <i>Ratio decidendi</i>	60
2.3.1.1.1 Teoria de Wambaugh	63
2.3.1.1.2 Teoria de Olyphant.....	63
2.3.1.1.3 Teoria de Goodhart	64
2.3.1.2 <i>Obter dictum</i>	67
2.4 Classificação dos precedentes.....	68
2.4.1 Precedente Persuasivo.....	68
2.4.2 Precedente vinculante.....	70
2.4.2.1 Precedentes horizontais	71
2.4.2.2 Precedentes verticais	73
2.5 Métodos de aplicação do precedente	77
2.5.1 <i>Distinguishing</i>	77
2.5.2 <i>Overruling</i> ou revogação do precedente.....	79
2.5.3 <i>Anticipatory Overruling</i>	80
2.5.4 Superprecedent, super-duper precedente e bedrock precedentes	81
3. Fundamentos para Vinculação dos Precedentes	83
3.1 Princípio da segurança jurídica.....	83
3.1.1 Função Jurisdicional e Segurança Jurídica	86
3.1.2 Segurança Jurídica e Teoria dos Precedentes.....	88
3.1.3 Segurança Jurídica como Previsibilidade.....	92
3.1.4 Segurança Jurídica como Estabilidade	95
3.1.5 Certeza como elemento do Princípio da Segurança Jurídica.....	98
3.1.6 Segurança Jurídica e Acesso à Justiça	99

3.2	Precedente como elemento promotor da igualdade.....	100
3.2.1	Igualdade perante a decisão judicial.....	106
3.2.2	Igualdade perante o direito.....	114
3.2.3	Igualdade perante a decisão judicial como decorrência da vedação à discriminação	116
3.3	Princípio da proteção da confiança e mudança jurisprudencial.....	118
3.3.1	Conceito de modificação de jurisprudência	120
3.3.2	Efeitos de modificação jurisprudencial	121
3.4	Princípio do livre convencimento motivado. Unidade da jurisdição ...	122
3.5	Do juiz natural.....	127
4.	Obrigatoriedade dos Precedentes Estatais e Necessidade do Controle de Jurisdicionalidade	129
4.1	Vinculação aos precedentes do tribunal constitucional.....	133
4.2	Força normativa dos precedentes	136
4.2.1	Precedente e funções próprias	137
4.2.2	Função própria de Controle de Constitucionalidade.....	138
4.2.2.1	Decisões em controle concentrado.....	140
4.2.2.2	Efeito vinculante do dispositivo ou da <i>ratio decidendi</i> . Transcendência dos motivos determinantes.....	143
4.2.2.2.1	Modulação dos efeitos	153
4.2.3	Função interpretativa.....	154
4.2.3.1	Súmula Vinculante	155
4.2.3.2	Vinculação em Controle Difuso	157
4.2.3.3	Abrangência da vinculação do controle difuso de constitucionalidade.....	161
4.2.3.3.1	Órgãos do Poder Judiciário.....	162

4.2.3.3.2 Vinculação da Administração Pública aos precedentes fixados em controle difuso de Constitucionalidade	163
4.2.4 Proteção das Regras de Competência. Função Arbitral	165
4.3 O efeito vinculante das decisões da corte constitucional.....	167
4.3.1 Precedentes como fontes do direito	168
4.3.2 Hipóteses de vinculação dos precedentes	173
Conclusão.....	179
Referências	183